



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : **AUDITORIA DE GESTÃO**
EXERCÍCIO : **2010**
PROCESSO N° : **00000.000001/2011-00**
UNIDADE AUDITADA : **910809 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A**
MUNICÍPIO - UF : **Brasília - DF**
RELATÓRIO N° : **201108775**
UCI EXECUTORA : **SFC/DIENE - Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Minas e Energia**

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108775, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 02/06/2011 a 26/08/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte constitui-se em uma empresa pública, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, a qual atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sob o regime de concessão, no Sistema Interligado Nacional – SIN e no Sistema Isolado.

Por força do estabelecido nos Anexos I das Decisões Normativas TCU n.º 107/2010 e 110/2010, a Eletrobras Eletronorte apresentou seu Relatório de Gestão e sua Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2010, de forma individual.

A empresa não é responsável pela Gestão de Programas de Governo, embora, no exercício de 2010, tenha respondido por 24 Ações Governamentais constantes de 5 Programas.

Objetivando avaliar a execução física e financeira das supracitadas ações, foi montado o Quadro abaixo, referente ao exercício de 2010:

Quadro 01- Execução Física e Financeira das Ações Governamentais Analisadas

910809 – ELETROBRAS ELETRONORTE					
0276 – GESTÃO DE POLÍTICA DE ENERGIA					
6508– Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%		
6510– Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%		
8549– Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão	Atos e Fatos que prejudicaram o	Providências Adotadas.

			(%)	desempenho	
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 50.000.000,00	R\$ 43.003.749,00	86,0%	Não há.	Não há.

0294 – ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

11ZX– Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica entre Ribeiro Gonçalves (PI) e Balsas (MA) - (95 km - 230 kV) e de Subestações Associadas - (PI/MA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	47%	25,68%	54,63%	Fortes chuvas – Decreto de Calamidade Pública	-
Financeira	R\$ 61.900.000,00	R\$ 33.688.890,00	54,4%	Atraso na emissão da LI	Postergado para 2011

11ZW -Implantação da Subestação Miranda II (500/230 kV - 250 MVA) e do Seccionamento das Linhas de Transmissão Presidente Dutra - São Luis II - C1 e C2 - 500 kV - (MA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	36%	35,96%	99,9%	-	-
Financeira	R\$ 35.100.000,00	R\$ 35.060.776,00	99,9%	Não há.	Não há.

1891 -Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (MA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	5%	4,84%	96,8%	-	-
Financeira	R\$ 43.350.000,00	R\$ 41.962.781,00	96,8%	Não há.	Não há.

115W - Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as Subestações São Luís II e III e SE's Associadas (MA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	26%	20,8%	80,0%	Fortes chuvas	-
Financeira	R\$ 17.800.000,00	R\$ 14.244.711,00	80,0%	Questões fundárias	-

0297 – Energia na Região Norte

1H18 – Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	8%	2,03%	25,38%	Solicitação de Projeto Básico pela ANEEL	-
Financeira	R\$ 3.900.000,00	R\$ 990.744,00	25,24%	Aguardo de definição pela ANEEL	

1897 - Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Pará (PA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	2%	1,73%	86,5%	Não há.	-
Financeira	R\$ 16.350.000,00	R\$ 14.168.526,00	86,7%	Não há.	Não há.

1907 – Estudo de Viabilidade para Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA)

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	0%	0%	0%	-	-
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%	Realizada pela Concessionária	Não há.

2C47 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 209.850.724,00	R\$ 163.663.477,00	78,0%	Não há.	Não informada.

3235 – Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	1%	0,26%	26%	Questões Fundárias	-

Financeira	R\$ 12.500.000,00	R\$ 3.301.533,00	26,4%	Pendências de fornecedores	Não informada.
4462 – Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 39.120.000,00	R\$ 29.982.661,00	76,6%		Não informada.
4467 – Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 28.107.000,00	R\$ 11.433.860,00	40,7%		Não informada.
125Y – Implantação da Estação Retificadora Porto Velho (RO) - 500 kV CC - 3150 MW e da Estação Inversora Araraquara 2 (SP) - 500kV CC - 2950 MW					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	1%	0%	0%	Aguardo de manifestação ANEEL	-
Financeira	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0%	Impedido de execução financeira	Aporte de capitais na SPE.

125W – Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho - Rio Branco (487 km - 230 kV) - (RO/AC)					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	1%	0%	0%	Aguardo de manifestação ANEEL	-
Financeira	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0%	Impedido de execução financeira	Aporte de capitais na SPE.
104Z – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado de Roraima					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	-	-
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%	Ação Cancelada	Não informada.
0807 – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					
4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 14.700.000,00	R\$ 5.563.777,00	37,8%	-	-

4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 650.000,00	R\$ 36.888,00	5,7%	-	-
4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 1.850.000,00	R\$ 303.958,00	16,4%	-	-
111G – Instalação de Edifício-Sede					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	9%	0%	0%	-	-
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 0,00	0%	Não contratação do Projeto Básico	
1042 – ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS					
1H19 – Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) 2ª Casa de Força - de 78 MW para 104 MW					

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	1%	0,99%	99%	-	-
Financeira	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.498.700,00	99,9%	-	-
2C49 – Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	Trata-se de Atividade	-
Financeira	R\$ 19.660.000,00	R\$ 17.301.162,00	88,0%	-	-
3243 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Amapá					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	2%	0,87%	43,5%		-
Financeira	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.167.100,00	43,3%	Paralisação de atividades de transmissão abaixo de 230 Kv	Transferência para Concessionárias Estaduais

Pelas análises efetivadas e informações apresentadas no Relatório de Gestão, evidenciamos que a Eletrobras Eletronorte apresentou execução adequada no cumprimento de seu papel na execução de políticas públicas, no âmbito dos Programas 0276 – Gestão de Política de Energia (86%), 0294 – Energia na Região Nordeste (79%), 0297 – Energia na Região Norte (72,1%) e 1042 – Energia nos Sistemas Isolados (80,1%). No entanto em relação ao Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio (25,5%), houve baixa execução, influenciado principalmente pela inexecução da Ação 111G – Instalação do Edifício Sede no DF em função da ausência de

projeto básico.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

No âmbito das ações decorrentes do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, cujo objetivo é consolidar uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando o sistema mais competitivo e rentável, foi assinado, em 30/12/2009, entre a Eletrobras Eletronorte e a *Holding Eletrobras*, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, período 2010 a 2014, no qual foram estabelecidos os indicadores de desempenho econômico-financeiro, operacional, social e ambiental, descritos no quadro abaixo.

Destaque-se que, em decorrência de a Eletrobras Eletronorte ser uma empresa pública com capital próprio, somente se inserindo na LOA em parcela do orçamento de investimento e da natureza da origem dos indicadores elaborados, eles não se vinculam a nenhum Programa / Ação específico.

Quadro 02 - Indicadores Eletrobras Eletronorte

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
Participação dos gastos com PMSO na ROL	Quantifica a participação dos custos operacionais na Receita Operacional Líquida	PMSO/ROL	SIM	SIM
Cobertura da dívida	Demonstra a capacidade de a empresa pagar o serviço da dívida com geração de caixa operacional	Serviço da Dívida / Ebtida	SIM	SIM
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Revela quanto a empresa teve de resultado para cada Real de Capital Próprio	Lucro Líquido (Prejuízo Líquido) / Patrimônio Líquido	SIM	SIM
Investimento realizado sobre aprovado	Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados	Invest R / Invest A	SIM	SIM
Investimento corporativo	Avalia a capacidade de realização do	Invest Corp Realizado / Invest	SIM	SIM

realizado sobre aprovado	investimento corporativo aprovado	Corp Aprov		
Investimento de Inversões financeiras realizado sobre aprovado	Avalia a capacidade de realização do investimento de inversões financeiras aprovado	Invest Inversões financeiras Realizado / Invest Inversões financeiras Aprov	SIM	SIM
Margem Operacional	Demonstra a eficiência operacional	Resultado Operacional / ROL	SIM	SIM
Rol por empregado (índice de produtividade)	Mede a receita operacional líquida gerada por empregado	ROL / num de empregados	SIM	SIM
Índice de disponibilidade de geração (1)	Gerencia o desempenho das unidades geradoras	$((1-TEIFa) \times (1-TEIP)) / ((1-TEIFref) \times (1-TEIPref))$	SIM	SIM
Parcela variável por indisponibilidade	Afere a parcela variável a ser descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão	$(PB * Kp * \text{somatório (DVDP)} / (1440 * D)) + (PB * \text{somatório (Ko * DVOD)} / (1440 * D))$	SIM	SIM
Índice de satisfação dos colaboradores	Mensura o nível de satisfação dos colaboradores	Resultado da pesquisa de clima organizacional	SIM	SIM
Montante dos investimentos sociais	Avalia o nível de investimentos em ações de responsabilidade social	MIS / ROL	SIM	SIM

Monitoramento dos investimentos em Meio Ambiente	Avalia o nível de investimentos em Meio Ambiente	MIA / ROL	SIM	SIM
--	--	-----------	-----	-----

Fonte: Relatório de Gestão 2010

1. Utilizado 3 vezes, para :UHE Curuá-Uma, UHE Samuel e UHE Tucuruí.

2. Legenda: TEIFa: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada

TEIP: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada

TEIFref: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada de Referência

TEIPref: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada de Referência

PB: Pagamento Base (corresponde à disponibilização plena da linha de transmissão)

DVDP: Duração Verificada de Desligamento Programado

DVOD: Duração Verificada de Outros Desligamentos

Kp: Fator multiplicador para desligamento

Ko: Fator multiplicador para outros desligamentos

D: número de dias no mês de ocorrência

N:Número de desligamento programado

De modo geral, a utilização dos indicadores de desempenho como ferramenta para tomada de decisões ainda é incipiente. O processo de avaliação de resultados ainda encontra-se em fase de amadurecimento. A avaliação de resultados, segundo o CMDE, deve ser promovida trimestralmente com a expedição de relatórios de acompanhamento, submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração das duas empresas. O procedimento de aprovação pela Diretoria Executiva somente foi estabelecido após a aprovação do 1º Termo Aditivo do CMDE, o que ocorreu em maio de 2010. A aprovação pela Diretoria Executiva não se dá por meio de Resolução, mas sim por observação em formulário próprio constante do Relatório. Estas manifestações não foram datadas.

Por fim, constata-se que os indicadores acima analisados atendem aos critérios de utilidade e de mensurabilidade.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Apresenta-se, a seguir, a conclusão a respeito dos aspectos do sistema de controle interno da Eletrobras Eletronorte avaliados, nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010. Foram objeto desta avaliação os aspectos inerentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação, ao monitoramento e aos controles internos das áreas responsáveis pela gestão dos programas e ações afetos à Empresa, pelos recursos humanos e pela condução de licitações.

a) Ambiente de Controle

Os mecanismos utilizados para divulgação e conscientização das informações relevantes da Empresa são a intranet, o correio eletrônico e, principalmente, as notas técnicas – NT e as comunicações internas – CI.

Verificou-se que a Empresa possui vários atos normativos, disponíveis na sua intranet, que contêm os níveis de aprovação e os procedimentos sobre as autorizações e aprovações nos diversos processos de negócio. O Manual de Organização estabelece os níveis de autoridade vigentes e formaliza a Estrutura Organizacional da Eletrobras Eletronorte, possuindo o organograma e as atribuições de todos os órgãos formais da Companhia, desde a Direção Superior até o nível de Gerência. Destaca-se que encontram-se em revisão partes do Anexo III do Manual de Organização, Atribuições das Áreas, relativas à Presidência, à Diretoria de Gestão Corporativa e à Diretoria de Operação.

Ressalte-se a utilização de Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP em que há segregação de atribuições por meio de perfis para os quais existem níveis de responsabilidades, autorizações e acesso às informações.

Como pontos positivos, no que se refere aos valores éticos institucionais, identifica-se, nas páginas da intranet e internet da Empresa, o Código de Ética único das empresas do Sistema Eletrobrás, o “Canal de Denúncia” que direciona a mensagem diretamente para a Holding, e o link da Ouvidoria onde se pode encaminhar à Eletrobras Eletronorte elogios, reclamações, informações sobre desvios éticos, solicitações, demanda ambiental, sugestões e denúncias, abrangendo diversos temas tais como contratações, força de trabalho, concurso público, meio ambiente, responsabilidade social, parcerias, ética, assédio moral e sexual, discriminações de gênero, raça, cor, religião e outros.

Da leitura do referido código, constata-se que qualquer pessoa pode entrar em contato direto com a Comissão de Ética, ou por meio da Ouvidoria da Empresa para enviar pedidos de esclarecimentos, sugestões, críticas ou denúncias.

A questão ética, junto à transparência, é abordada no Planejamento Estratégico da Empresa consignada como valor que permeia todo o Sistema Eletrobras.

b) Quanto à Avaliação de Risco:

A Eletrobras Eletronorte possui Plano Estratégico Institucional implementado, relativo ao ciclo 2010-2020, revisado em 2011. Este planejamento contempla “Orientações Estratégicas”, “Mapa Estratégico”, “Objetivos Estratégicos e Indicadores”, “Análise de Desempenho Organizacional”, “Painel de Monitoramento Estratégico” etc.

Em decorrência do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras – PTSE, a Empresa, em alinhamento com o Plano Estratégico da Eletrobras Eletronorte – Ciclo 2010-2020 – Exercício 2011 e considerando o disposto no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, celebrado em 30.12.2009, e seus Termos Aditivos, firmou o Pacto de Resultados que simboliza o compromisso das diferentes áreas empresariais com a melhoria do desempenho da gestão e com a busca de melhores resultados que possibilitem a sustentabilidade e competitividade da organização.

No que se refere à Gestão de Riscos, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos com o objetivo de apoiar a Diretoria Executiva nas deliberações relativas à gestão de riscos corporativos e também foi criada a Assessoria de Gestão Integrada de Riscos – PGR, ligada à Presidência, cujo objetivo é coordenar e consolidar a gestão de riscos. É disponibilizada na intranet e Internet a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, elaborado no exercício de 2011, aprovada pela Diretoria Executiva, por meio da RD-345, de 25.05.2011, e pelo Conselho de Administração, por meio da DEL-024, de 03.06.2011.

Segundo o Relatório de Gestão, os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- Risco de taxa de câmbio: decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos

econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio, vinculados a empréstimos e financiamentos;

- Risco de taxa de juros: associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado;

- Risco de commodities: relacionado à oscilação do preço do alumínio, matéria prima utilizada pelos clientes da Companhia nos seus processos produtivos;

- Risco de crédito: decorre da possibilidade da Companhia e sua subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis junto a clientes;

- Risco de liquidez: associado ao monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais;

- Risco de regulatório: associado à renovação das concessões da empresa;

- Risco de preço: associado à comercialização de energia no mercado;

- Risco de mercado: associado à possibilidade de desconstrução de energia comercializada no ambiente regulado;

Houve, ainda, em 2010, a continuidade da Certificação SOX – avaliação dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, para que a Holding possa manter a negociação das ações ADR, Nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

No exercício de 2010, foram instalados três Processos Administrativos Disciplinares – PAD, por meio das RD's 0696, 0664 e 0567; foram concluídos um PAD e uma Sindicância; e em andamento uma Sindicância e um PAD.

Verificou-se que a Eletrobras Eletronorte mantém normas e regulamentos para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Empresa.

c) Quanto à Informação e Comunicação:

Além da Intranet, Internet, correio eletrônico institucional e comunicações internas, a Eletrobras Eletronorte se utiliza de painéis, cartazes, adesivos, totens, e ainda, um jornal interno periódico – Novotempo, sob responsabilidade de produção, edição e distribuição da Gerência de Imprensa – Coordenação de Comunicação Empresarial, para promover, em seu âmbito, uma comunicação adequada e eficiente.

No que diz respeito a canais de comunicação abertos, destacam-se o "Fale Conosco", a Ouvidoria e o "Canal Denúncia". A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da Empresa, por todos os funcionários e por toda a estrutura.

d) Quanto ao Monitoramento:

O monitoramento dos controles implementados fica a cargo da unidade de Auditoria Interna da Eletrobras Eletronorte. Segundo informado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE 2010 foram emitidos 30 relatórios da auditoria interna, até dezembro de 2010.

Verificou-se que a Auditoria Interna acompanha o atendimento e as solicitações dos órgãos de controle por meio de relatórios trimestrais e dos Relatórios de Monitoramento, nos quais avalia a implementação destes.

Por último, relevante destacar, ainda, que a Eletrobras Eletronorte, na qualidade de subsidiária da Eletrobras, de modo a atender os requisitos da SOX na Bolsa de Nova York, mapeou e mantém atualizados os processos de controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes Oxley – SOX.

e) Quanto à implantação dos Controles Internos no Acompanhamento de Programas e Ações:

Verifica-se que a Empresa possui procedimentos de controle interno razoáveis para o acompanhamento de programas e ações sob sua responsabilidade, uma vez que identifica-se designação de pessoal responsável e implementação de rotinas para seu monitoramento. No entanto, constata-se, pelas conclusões obtidas por meio das análises dos resultados físico e financeiro das Ações 115W - Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as Subestações São Luís II e III e SE's Associadas (MA), 11ZX – Implantação da Linha de Transmissão Ribeiro Gonçalves/Balsas, Ação 1H18 – Ampliação da UHE Curuá-Uma, dentre outras, que não foram efetuados registros no SIGPLAN acerca das dificuldades enfrentadas na execução das referidas ações, questão essa considerada pontual e sem prejuízo.

f) Quanto à implantação dos Controles Internos nas Licitações:

Com base nas informações prestadas pela Empresa e nos processos examinados durante o exercício de 2010, podemos inferir que as atividades de controle adotadas na área de Licitações foram realizadas de forma a garantir a regularidade dos processos licitatórios realizados pela Empresa.

g) Quanto à implantação dos Controles Internos na Área de Recursos Humanos:

Baseada nas informações levantadas e considerando as conclusões obtidas por meio das análises das atividades da área de recursos humanos da Empresa realizadas durante o exercício de 2010, pode-se afirmar que as atividades de controle adotadas são suficientes para garantir a regularidade dos registros e pagamentos de pessoal.

Face ao exposto, conclui-se que os controles implementados da Eletrobras Eletronorte contribuem para mitigar os riscos da Entidade.

Ademais, verificamos que as conclusões desta equipe de auditoria se coadunam com a autoavaliação realizada pela Empresa em seu Relatório de Gestão, acerca dos aspectos de seu Sistema de Controle Interno (Quadro XXXII – Estruturas de controles internos da UJ, Item 9.1).

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Foram analisados, por amostragem não probabilística, o Convênio n.º 12/2007, celebrado com a Prefeitura do Município de Itupiranga – PA e ao Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental e Tecnológico - INTERSET, o Convênio n.º 76/2004, celebrado com a Prefeitura Municipal de Itupiranga – PA, o Convênio celebrado com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM, atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e o Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável – POEMA, o Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2010, firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, e o Termo de Cooperação Técnica n.º 014/2009, firmado com Fortium Editora e Treinamento Ltda.

Das análises realizadas, verificou-se que havia ineficiência do acompanhamento e controle dos convênios e termos de parceria firmados pela Eletrobrás Eletronorte, tendo em vista que a gestão de convênios no âmbito da Eletrobrás Eletronorte era realizada por dois sistemas denominados SIR, para os convênios de Tucuruí, e SCAC, para os convênios da Sede da Empresa. A manutenção de dois sistemas de acompanhamento e controle de convênios não era eficaz. Além disso não há confiabilidade nas informações fornecidas haja vista que há convênios que não estão cadastrados em nenhum dos dois sistemas.

Por outro lado, segundo a Eletrobras Eletronorte, foi realizada a migração do antigo sistema, SIR, para o sistema mais integrado, SCAC, de maneira a propiciar o acompanhamento e controle dos instrumentos pelas diferentes áreas. Paralelamente estão sendo atualizadas as instruções normativas pertinentes de forma a estabelecer as responsabilidades das áreas envolvidas.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A análise dos procedimentos licitatórios, efetuada por amostragem, teve por objetivo avaliar a regularidade das contratações efetuadas pela Unidade.

Especial atenção foi dispensada nos procedimentos que foram realizados por meio de dispensa e inexigibilidade de licitação. A amostra selecionada para análise se encontra descrita no Quadro I abaixo:

Quadro I – Demonstrativo dos processos analisados

Nº. da Licitação	Empresa Contratada	Valor Liquidado em 2010	Oport. e Conveniênc.	Modalidade da Licitação	Fund. da Dispensa	Fund. da Inexigibilid.
CV CPA 02065	Metamont Montagens Ltda	80.000,000	Adequada	Carta Convite	Não se aplica	Não se aplica
PR GSS-9-0315	Saga Serviços de Vigilância	3.146.400,24	Adequada	Pregão Presencial	Não se aplica	Não se aplica
PR-CPA-02071	Servi-San Vigilância e Transporte	1.106.050,52	Adequada	Pregão Presencial	Não se aplica	Não se aplica
PR-CPA-02041	Scovan Serviços Gerais Ltda.	286.886,43	Adequada	Pregão Presencial	Não se aplica	Não se aplica
PR-011-0-0065	Geris Engenharia e Serviços	5.213.894,26	Adequada	Pregão Presencial	Não se aplica	Não se aplica
PE-012-0-0024	Companhia Brasileira de Alumínio	11.524.987,73	Adequada	Pregão Eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
PE-012-0-0166	JCN Comércio e Representações Ltda	3.236.400,00	Adequada	Pregão Eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
PE-GSS-9-289	CNH Latin América Ltda	655.800,00	Adequada	Ata de Registro Preço Pregão/ Eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
PE-GSS-9-289	CNH Latin América Ltda	8.445.500,00	Adequada	Ata de Registro Preço Pregão/ Eletrônico	Não se aplica	Não se aplica

Nº. da Licitação	Empresa Contratada	Valor Liquidado em 2010	Oport. e Conveniênc.	Modalidade da Licitação	Fund. da Dispensa	Fund. da Inexigibilid.
PE-GSS-9-0241	Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	6.196.725,72	Adequada	Pregão Eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
PE-GSS-9-289	CNH Latin América Ltda	2.569.990,99	Adequada	Ata de Registro preço pregão/ eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
PE-GSS-9-289	Sapurá caminhões e Máquinas Ltda	5.165.500,00	Adequada	Ata de Registro preço pregão/ eletrônico	Não se aplica	Não se aplica
IN-GSS-8-0195	Thoreos Consultoria Ltda	0	Adequada	Inexigibilidade	Não se aplica	Credenciamento IN -GSS-80195/2008
IN-CPA-0-2062	Autotrac Comércio e Telecomunicações S/A.	0	Adequada	Inexigibilidade	Não se aplica	Art. 25, Inc. I da Lei 8666/93
IN-011-0-0019	Rosenberg Consultores Associados Ltda.	31.692,00	Adequada	Inexigibilidade	Não se aplica	Art. 25, Inc. II, § 1º, combinado com Art. 13 Inc. II e III, §3º
IN-CPA-0-2062	Roland Berger Strategy Consultants Ltda.	3.536.636,00	Adequada	Inexigibilidade	Não se aplica	Art. 25, Inc. II, c/c Art.13 , Inc. III da Lei 8666/93
IN-CAP-0-0-036	Salomão Alcolumbre & CIA Ltda.	189.100,00	Adequada	Inexigibilidade	Não se aplica	Art. 25, Inc. I
DJ-011-0-0210	Tabocas Participações Empreendimentos S.A	32.100.000,00	Adequada	Dispensa de Licitação	Artigo 32 da Lei 9074 de 07/07/1995	Não se aplica

Nº. da Licitação	Empresa Contratada	Valor Liquidado em 2010	Oport. e Conveniênc.	Modalidade da Licitação	Fund. da Dispensa	Fund. da Inexigibilid.
DJ-GSS-9-0186	Fundação Getúlio Vargas	299.230,00	Adequada	Dispensa de Licitação	Inciso XIII Art. 24 da Lei 8666/93, preceitos legais dos incisos II e III do art.26	Não se aplica
DJ-011-0-0319	Fundação Getúlio Vargas	2.400.000,00	Adequada	Dispensa de Licitação	Inciso XIII Art. 24 da Lei 8666/93, preceitos legais dos incisos II e III do art.26	Não se aplica
DJ-GSS-9-0267	Fundação Getúlio Vargas	2.250.000,00	Adequada	Dispensa de Licitação	Inciso XIII Art. 24 da Lei 8666/93, preceitos legais dos incisos II e III do art.26	Não se aplica
DJ-011-0-0186	JGP Consultoria e Participações Ltda	0	Adequada	Dispensa de Licitação	Artigo 32 da Lei 9074 de 07/07/1995	Não se aplica
DJ-011-0-0188	ECARI – Empresa de Cadastramento, Avaliações e Regularizações Fundiárias Ltda.	18.100,00	Adequada	Dispensa de Licitação	Artigo 32 da Lei 9074 de 07/07/1995	Não se aplica
DE-011-0-0143	Vip Vigilância Privada Ltda.	299.111,37	Adequada	Dispensa de Licitação	Inciso IV do artigo 24 da Lei 8666/93	Não se aplica
TP-CMA-92110	JM Engenheiros Consultores Ltda.	431.819,04	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica

Nº. da Licitação	Empresa Contratada	Valor Liquidado em 2010	Oport. e Conveniênc.	Modalidade da Licitação	Fund. da Dispensa	Fund. da Inexigibilid.
TT-GSS-9-0213	Martinelli Advocacia Empresarial.	56.722,74	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica
TP-CMT-9-2067	GEOTOP Construções e Terraplenagem Ltda	979.969,21	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica
TP-CMT-10-2035	NUCLEO Engenharia Consultiva Ltda	1.263.609,10.	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica
TP-CPA-9228	MENA Construções Comércio e Serviços Ltda	1.163.210,69	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica
TT-012-0-0126	Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda	868.246,65	Adequada	Tomada de Preço	Não se aplica	Não se aplica
CC-GSS-9-0152	Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda	16.700.337,87	Adequada	Concorrência Pública	Não se aplica	Não se aplica
CC-GSS-9-0158	MARTE Engenharia Ltda	10.883.554,66	Adequada	Concorrência Pública	Não se aplica	Não se aplica
CP-012-0-0015	DECOL Decorações, Engenharia e Comércio Ltda	19.823.266,86	Adequada	Concorrência Pública	Não se aplica	Não se aplica
Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial e da análise dos procedimentos licitatórios: Data 25/08/2011.						

A representatividade da amostra analisada, considerando as contratações efetuadas pela Unidade no exercício de 2010, é apresentada no Quadro II, abaixo:

Quadro II – Demonstrativo do universo das contratações efetuadas pela Eletronorte, no exercício de 2010, por modalidade de licitação.

Tipo de Aquisição	Valor contratado no exercício	% sobre o valor total	Montante auditado	% Recursos auditados
Dispensa	61.734.703,03	9,29%	39.574.403,47	64,10%
Inexigibilidade	12.829.928,19	1,93%	4.866.736,53	37,93%
Convite	528.868,20	0,08%	80.000,00	15,13%
Tomada de Preço	13.646.408,63	2,05%	5.370.179,41	39,35%
Concorrência	263.252.314,90	39,62%	47.407.159,39	18,01%
Pregão	312.528.452,33	47,03%	65.451.925,63	20,94%
Total	664.520.675,28	100,00%	162.750.404,43	24,49%

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial e do Relatório de Gestão da Eletronorte :
Data 25/08/2011

Da análise do Quadro II, percebe-se que a modalidade de licitação em que houve a maior gestão de recursos em novas contratações efetuadas em 2010 pela Eletronorte foi o Pregão, tendo participado com 47,03% dos recursos alocados. Ressalta-se, no entanto, que dos R\$ 312.528.452,33 contratados na modalidade Pregão, R\$ 125.441.887,96, ou seja, 40,14% foram realizadas na modalidade Pregão Presencial. Segundo justificativa do gestor, devido à necessidade de fazer uma análise mais detida das propostas dos licitantes, especialmente para verificação das Planilhas de Composição de Custos e Encargos, antes da fase dos lances, o que não é possível de realizar pelo Sistema Comprasnet.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se ao percentual elevado com a modalidade dispensa de licitação. Do montante de R\$ 61.734.703,03, contratados pela Eletronorte, no exercício de 2010, R\$ 54.557.299,89 (88,37%) ocorreram por dispensa de licitação justificada, R\$1.211.641,80 (1,96%) ocorreram por dispensa de licitação emergencial e R\$ 5.965.761,34 (9,66%) ocorreram por dispensa de licitação pelo valor.

Cabe destacar também, que a Eletronorte utiliza a pré-qualificação do tipo Credenciamento para efetuar contratações por inexigibilidade de licitação. O Credenciamento vem sendo enquadrado como hipótese de inexigibilidade de licitação, visto que todos os interessados em contratar com a Administração pública são efetivamente contratados, sem que haja relação de exclusão. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir, forçando-se a reconhecer a inviabilidade e a inexigibilidade de licitação pública.

Das análises dos procedimentos licitatórios foram encontradas irregularidades quanto à conformidade do BDI, especialmente quanto ao ISS, PIS e COFINS, assim como enquadramentos indevidos no Art 24, IV, da Lei nº 8.666/93, que, no entanto, não comprometem a gestão como um todo.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

A seguir, apresenta-se o quadro de pessoal da Eletrobras Eletronorte, posição em 31/12/2010.

Quadro 04 - Pessoal em exercício 31/12/2010

Situação	Quant.
Funcionários de carreira	3.488
Requisitados	30
Cedidos	366
Comissionados sem vínculo	3
TOTAL	3.887

Fonte: Ofício nº CAA/033/2011, atualização do Relatório de Gestão 2010;

Ofícios Eletrobras Eletronorte nº CE-PR-1.00.232.11, de 20.05.2011, e nº CAA/019/2011, de 31.05.2011

Notas:

1) Funcionários de carreira: empregados, gerentes e dirigentes empregados;

2) Requisitados: Empregados de outras empresas cedidos à Eletronorte na conformidade do Decreto 4050/2001;

3) Cedidos: Empregados cedidos na conformidade do Decreto 4050/2001; Readmitidos e cedidos na conformidade da Lei 8878/94 e empregados em Licença sem vencimentos;

4) Comissionados sem vínculo: Dirigentes não enquadrados em funcionários de carreira.

Cabe ressaltar que no exercício de 2010 não houve realização de concurso público, com ingresso de novos empregados na carreira. Contudo, em razão do processo de anistia concedido a ex-empregados, ocorreu o ingresso (retorno) de 182 funcionários. Trata-se da Lei nº 8.878, de 11.05.1994, do Decreto nº 6.077, de 10.04.2007, do Parecer CGU/AGU nº 01/2007, aprovado pelo Advogado-Geral da União e pelo Presidente da República, respectivamente em 28.11.2007 e 28.12.2007, publicado no DOU em 31.12.2007, e Orientação Normativa MPOG/RH nº 4, de 09.07.2008.

No exercício de 2010, a Eletrobras Eletronorte cedeu 210 do seu quadro funcional. Deste total 186 empregados foram cedidos sob a fundamentação da Lei nº 8.8878/1994 que trata da anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, tenham sido: exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal;

despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; e exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Verifica-se que a Eletrobrás Eletronorte possui em seu quadro 30 funcionários requisitados de outros órgãos ou esferas e outros 3 funcionários sem vínculo no Grupo de Direção e Assessoramento Superior – Cargo em Comissão. Percentualmente, corresponde a menos de 1% do total de empregados ativos. Portanto a Empresa não tem adotado a política de requisição de servidores para complementação de sua mão de obra.

No entanto, há de se atentar para as recorrentes complicações dos processos de cessão, não apenas a elevada quantidade de cessões, mas, em especial, a questão da inadimplência de ressarcimento de pagamento que apenas no exercício de 2010 alcançou R\$ 5.319.931,35. A Eletrobras Eletronorte não adotou as providências necessárias para o retorno dos empregados em comento, mediante notificação, e não há informações acerca da suspensão do pagamento da remuneração.

O MPOG aprovou para a Eletrobras Eletronorte o Quadro de 3.801 empregados(as), contudo, em razão da aplicação da Lei nº 8.878/94, readmissão de empregados, o quadro de pessoal atual ultrapassou o limite máximo aprovado, totalizando 3.887.

Em relação à suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Empresa e à utilização de instrumentos e metas para a redução da defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação, verifica-se que foi constituído, em 10.08.2010, o Comitê de Mobilidade que elaborou um plano de trabalho iniciado no segundo semestre de 2011, implementação da desmobilização da atual mão de obra contratada – MOC (terceirizados) e implementação do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV.

Portanto, a Eletrobrás Eletronorte, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta nº 005/2010 com o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, fará a desmobilização da mão de obra terceirizada até 31.12.2013 – 548 terceirizados –, e o desligamento dos funcionários que aderirem ao PIDV até 31.12.2012 – estimativa de 1.174 aposentados e aposentáveis do quadro. Cabe ressaltar que a previsão é que este quantitativo (variável em função da adesão dos funcionários ao PIDV) será conhecido até o final de outubro de 2011, momento em que os estudos quanto à suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal e respectiva adequação serão realizados pelo referido Comitê.

A Eletrobras Eletronorte está tomando as devidas providências para adequação do seu quadro, assim como preparando-se para a saída de um contingente considerável de funcionários (terceirizados e aposentados/aposentáveis) haja vista os esforços para a absorção dos conhecimentos críticos, por meio do Programa de Incentivo ao Compartilhamento do Conhecimento – PICC.

Quanto ao quesito de remuneração, analisamos a conformidade dos valores percebidos a título de adicional de periculosidade de 2010, em relação ao que dispõe os normativos vigentes. Selecionamos, por amostragem probabilística com 95% de nível de confiança, 24 funcionários de toda a empresa para análise junto aos 77 volumes originais de laudos técnicos de avaliação ambiental disponibilizados pela Diretoria de Gestão Corporativa.

Foi verificado que a amostra não possui funcionários recebendo adicional de periculosidade ou insalubridade sem que haja um correspondente laudo de avaliação ambiental no local do exercício das suas atividades.

Cabe ressaltar que a Eletrobrás Eletronorte desenvolveu o Sistema de Gerenciamento de Adicional de Periculosidade – SISAP, e atualmente o adicional de periculosidade do funcionário é classificado como permanente – no caso de trabalho constante em área periculosa – ou como intermitente – caso em que o funcionário só recebe o adicional caso tenha executado algum serviço, comprovado por meio de OS, em local classificado nos laudos técnicos de avaliação ambiental como periculoso.

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em relação aos Acórdãos TCU nº 67/2010 – 2ª Câmara e nº 7.049/2010 – 2ª Câmara, a Eletrobras Eletronorte, como entidade cedente, não adotou as providências necessárias para o retorno dos empregados cedidos com ônus para os cessionários e sem o respectivo ressarcimento, mediante notificação, e não há informações acerca da suspensão do pagamento da remuneração, a partir do mês subsequente tal qual previsto no art. 10, do Decreto 4.050/2001.

A Empresa no exercício de 2010 cedeu empregados a Cessionários que mantinham dívidas em relação ao ressarcimento de outros empregados anteriormente cedidos.

Em face dos exames realizados, verifica-se que a Estatal adotou as medidas corretivas com vistas ao atendimento dos seguintes itens do Acórdão TCU nº 7.049/2010 – 2ª Câmara: 9.2.1, 9.2.6, 9.2.9, e 9.2.11. Restando o atendimento aos demais itens do citado Acórdão, a saber:

9.2.3 e 9.2.4 - A Empresa continua não observando o limite de duas horas suplementares diárias, como acréscimo à jornada normal de trabalho, conforme disciplinado no art. 59 da CLT.

9.2.5 - A Empresa não vem aprovando formalmente os projetos básicos de obras e serviços por meio da autoridade competente, em detrimento do art. 7º § 2º da lei nº 8666/93, e comprometeu-se, via Relatório de Gestão – 2010, a sanar tal impropriedade durante o exercício de 2011. Portanto, tal verificação será efetuada durante os trabalhos de avaliação da gestão do exercício de 2011.

9.2.7 - A Empresa não está atendendo ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93

9.2.10 - As pesquisas de preços efetuadas pela Eletrobras Eletronorte não atendem aos dispositivos mais recentes do Tribunal de Contas da União que orientam a coleta em pelo menos três fornecedores.

Em relação ao Acórdão do TCU nº 1.403/2010 – Plenário, em face dos exames realizados, verifica-se que a Empresa adotou as medidas corretivas com vistas ao atendimento das determinações.

No entanto, no que se refere ao Acórdão TCU nº 1.717/2010 – Primeira Câmara, não ficou evidenciado o ressarcimento do prejuízo discriminado conforme determinação.

Tendo em vista as determinações do Acórdão TCU nº 1.735/2010 – Plenário, a Eletrobras Eletronorte manifestou-se por meio da CE-PR-1.00.429.2010, de 09.08.2010, tendo sua análise sido respondida mediante o Ofício 644/2010-TCU-SECOB-1, de 01.12.2010.

Por sua vez, o Acórdão TCU nº 2.224/2010 – Plenário foi respondido por meio da CE S/No, de 24.11.2010 e CE-0262, de 03.11.2010.

Os Acórdãos TCU nº 2.656/2010 e nº 2.132/2010 – ambos Plenário – têm sido atendidos em função do TAC 005/2010 conforme verifica-se adiante.

Por fim, o atendimento ao Acórdão TCU nº 2.308/2010 – Plenário pode ser verificado no item sobre a avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação.

No que se refere às providências adotadas para atendimento às recomendações expedidas por esta CGU, tanto em relação ao Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 231.226, quanto em relação ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 244.097 e Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 254.336, verifica-se que a Eletrobras Eletronorte tem adotado as providências necessárias de implementação.

No que tange à atuação da Unidade de Controle Interno da Eletrobras Eletronorte, com base nas informações contidas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT 2010, verifica-se que foram executados 32 trabalhos de auditoria ao longo do exercício de 2010, avaliando a gestão de áreas vinculadas às Diretorias de Gestão Corporativa, de Produção e Comercialização, de Planejamento e Engenharia, Econômico-Financeira e Presidência, compreendendo assim todas as diretorias da empresa. Também foi realizada auditoria na Fundação de Previdência Complementar – Previnorte, entidade fechada de previdência que tem a Eletronorte como sua principal patrocinadora.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Segundo Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2010, a empresa não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Segundo Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2010, a empresa não possui restos a pagar de exercícios anteriores.

4.10 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Após o procedimento de análise da relação de contratos vigentes em 2010 vinculados ao Orçamento de Investimento da União sob responsabilidade de execução da Eletrobras Eletronorte e comparação com o Sistema SIASG, verificou-se que a Estatal deixou de registrar 541 contratos, de um total de 1315 contratos, totalizando R\$ 1.578.011.378,72, em dissonância ao que determina o §3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.

No entanto verifica-se que a Empresa tem tomado providências suportadas pelo Diretor-Presidente e Diretor de Gestão Corporativa, *vide* Nota Técnica NT-001/2010, de 05.05.10, e RD 0654/2010, de 06.10.10, assim como treinamentos a todas as Unidades Regionais e áreas gestoras de contratos, levantamento de informações no SAP/R3 para identificação do GAP existente, e principalmente, o desenvolvimento de crítica ao sistema SAP/R3/MM para que, de forma automática, não aceite

lançamentos de faturamentos em cada contrato pela falta de cadastramento no SIASG, o que bloqueará a inconsistência verificada, pois não permitirá a sequência da execução contratual sem que as áreas gestoras de contrato e gestores respectivos, cumpram suas obrigações.

Segundo informações da Eletrobras Eletronorte, os R\$ 242.339.503,07 distribuídos em 84 convênios têm suas informações e controles inseridos no Sistema de Controle e Acompanhamento de Convênios – SCAC, já que, por se tratar de Orçamento de Investimento, não é possível a inclusão das informações no SICONV tendo em vista a impossibilidade de obter dados indispensáveis, vinculados ao uso do SIAFI, para o cadastramento.

4.11 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

O fluxo de entrega das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF dos dirigentes consiste em uma rotina não informatizada, sendo gerada, pela Superintendência de Gestão de Pessoas - GSP, a identificação do conjunto de pessoas que deverão entregar a declaração.

Assim, é realizada a emissão de Circular a todos os empregados da empresa informando da obrigatoriedade de entrega de cópia da documentação da declaração anual de bens e rendas, exigida pela Lei n.º 8.730/1993, ou autorização para acesso eletrônico à Declaração de Ajuste Anual do IR, conforme Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007. Posteriormente, os funcionários encaminham o documento/informação para a Superintendência de Gestão de Pessoas – GSP e para as Áreas Administrativas das Unidades Descentralizadas – UD's onde é registrada a recepção documento.

Após a análise da documentação recebida e cotejamento com a listagem de empregados obrigados a apresentar a documentação, a Superintendência de Gestão de Pessoas – GSP encaminha Notificação, via correspondência eletrônica, aos empregados que, eventualmente, não entregaram o documento. Caso a inadimplência persista, procede-se a Notificação, formal, às Assessorias de Gestão de cada Diretoria e ao Gabinete da Presidência, da relação de empregados que ainda não cumpriram tal exigência legal.

Salienta-se que, segundo a Superintendência responsável, todas as Declarações de Ajuste Anual do IR do ano calendário de 2010 foram devidamente entregues, sendo que foi realizado, para o próximo ano, ajuste no cronograma das ações no sentido de um atendimento cada vez mais tempestivo aos ditames da Lei, de modo a permitir que este processo esteja concluído até 31 de maio.

De exposto, depreende-se que os controles internos instituídos pela Empresa mostraram-se adequados no tocante à cobrança e ao fluxo de entrega das declarações de bens e rendas de seus dirigentes (Diretoria e Presidente), referentes ao exercício de 2010. Portanto, a Entidade atende à Lei n.º 8.730/93.

4.12 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Conforme informação disposta no Relatório de Gestão 2010, a Eletrobras Eletronorte não possui patrimônio imobiliário classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

4.13 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Verifica-se a adequação da estrutura de Tecnologia da Informação – TI da Eletrobras Eletronorte quanto aos aspectos abaixo detalhados:

a) Planejamento Estratégico de TI

A Eletrobras Eletronorte possui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI cuja abrangência se dá para todas as unidades da Empresa, tendo sido aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Eletronorte – CETIE composto por funcionários representantes da GSI, GAG, FAG, EAG, CCG e PGP, e por meio da CI GSI/00077/2011, de 16.05.2011, do Diretor

de Gestão Corporativa. No entanto verifica-se a ausência de análise de riscos.

Ao serem realizados confrontos entre o PDTI e o Planejamento Estratégico Institucional da Eletrobrás Eletronorte, verificou-se que aquele está alinhado às metas estabelecidas neste, conforme figura:

Ao referido Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Eletronorte – CETIE, criado em caráter permanente por meio da RD-0384/2009, de 16.07.2009, é atribuído que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI.

b) Política de Segurança da Informação

Conforme o Manual de Organização da Eletrobras Eletronorte, a Gerência de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação é responsável pela implementação de toda a política de segurança da informação na Empresa. Esta Gerência está subordinada à Superintendência de Tecnologia da Informação que, por sua vez, é subordinada diretamente ao Diretor de Gestão Corporativa.

Dentre as atribuições específicas desta Gerência está *“Definir e monitorar as políticas de segurança da informação, em consonância com a legislação Sarbanes-Oxley - SOX, ao Control Objectives for Information and related Technology - COBIT e ao Information Technology Infrastructure Library – ITIL, diretrizes empresariais e melhores práticas.”*

A Política de Segurança da Informação – PSI da Estatal foi aprovada por meio da Resolução de Diretoria nº 0524/2010, de 03.08.2010, cujo objetivo é *“Estabelecer os princípios que norteiam a gestão de segurança da informação aplicável aos recursos de TI da rede corporativa da Eletrobrás Eletronorte, incluindo forma de uso, controle de acesso e atribuição de responsabilidades, com objetivo de assegurar que os aspectos de confiabilidade, integridade, disponibilidade e autenticidade de informações não sejam comprometidos”*.

A existência de uma Política de Segurança da Informação e de uma Gerência formalmente designada para seu monitoramento demonstra que a Eletrobras Eletronorte reconhece a importância da segurança da informação na organização e possui gestão de segurança da informação implementada.

c) Recursos Humanos de TI

A Eletrobras Eletronorte possui um corpo técnico de TI composto por 72 integrantes, sendo 66 funcionários do próprio quadro e 6 terceirizados que atuam diretamente na atividade fim de TI. Portanto este percentual de recursos humanos de TI não pertencentes ao quadro próprio da empresa, equivalente a 8,33% de terceirizados, não representa elevado risco de dependência da Estatal para execução de atividades críticas à gestão.

d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Segundo Relatório de Análise do Diagnóstico Técnico de Tecnologia da Informação - DTTI 2009/2010, documento criado em 2004 e oficializado a partir da Portaria DT-005/2004 de 05/05/2004, é realizado anualmente um diagnóstico com o intuito de levantar as necessidades existentes e potenciais de curto prazo para a Sede e para as Unidades Descentralizadas da Eletrobras Eletronorte.

Para obtenção de tais informações, são estabelecidos critérios de levantamento, que são disponibilizados por meio de um questionário na intranet. Este questionário é respondido e encaminhado pelas Unidades. Os resultados obtidos são armazenados, tabulados e analisados. O produto direto deste levantamento é o Plano de Aquisições da GSI, que tem por objetivo a renovação do Parque de Hardware e a atualização das Licenças de Softwares, além das contratações de Serviços da Superintendência.

O processo de desenvolvimento de sistemas, que segundo Manual de Organização da Eletrobrás

Eletronorte é de responsabilidade da Gerência de Soluções de Tecnologia da Informação – GSI, é documentado de acordo com a Metodologia de Desenvolvimento de Sistema – MDS, atualmente em revisão, contemplando tanto o processo para desenvolvimento interno quanto o processo para desenvolvimento através de empresas terceirizadas (fábricas de software).

Quanto à definição de acordo de níveis de serviço – ANS no âmbito interno, a Eletrobras Eletronorte informou que está em processo de desenvolvimento um projeto para implantação de acordo de níveis de serviço das soluções de TI, no entanto a Empresa já se utiliza de diversos indicadores, documentados no PDTI, que tem como função medir a qualidade dos serviços de TI prestados a seus clientes internos.

e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

A Eletrobras Eletronorte possui 31 soluções de TI desenvolvidas e mantidas internamente e outras 22 por terceiros, das quais 14 referente aos pacotes da ferramenta SAP/ERP. Em que pese o maior quantitativo de sistemas estar atrelado a empregados próprios, os pacotes adquiridos externamente referem-se à solução de TI contratada que interfere na gestão da empresa como um todo, relacionada a todo o ambiente de negócios e processos críticos da empresa.

Em termos de contratação de bens e serviços de TI, é utilizada pela Empresa a Cartilha de Administração de Contratos na GSIG, na qual são previstos os procedimentos relacionados às aquisições de bens e serviços. Esta Cartilha não é homologada pela instância superior, Diretoria ou Conselho, portanto, o setor responsável informou que esse processo está sendo atualmente revisado em função da implantação de melhorias, utilizando solução informatizada.

4.14 Avaliação do Cumprimento do Acórdão TCU-Plenário 2.132/2010 - Terceirização

Em atendimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão TCU-Plenário n.º 2.132/2010, verificou-se que a Eletrobras Eletronorte tem adotado medidas suficientes para atender demanda do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, decorrente do referido acórdão, tendo em vista que, nesta data, a Empresa já ter cumprido o estabelecido nos itens 9.1.1.1, 9.1.1.2 e 9.1.1.3, faltando para este último o encaminhamento ao DEST.

Cabe ressaltar que em 10.02.2010, foi firmado entre a Eletrobras Eletronorte e o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região – MPT o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 005/2010 – TAC 005/2010 visando à substituição dos trabalhadores terceirizados. E que, em 13.06.2011, foi celebrado o Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 005/2010 estabelecendo o seguinte cronograma:

Prazo	Percentual de substituição mediante concurso público
Até 31.12.2011	20%
Até 31.12.2012	35%
Até 31.12.2013	45%

Por ocasião da assinatura do TAC 005/2010 havia 644 prestadores de serviços de mão de obra contratada constantes no sistema de cadastro corporativo (SAP/R3), os quais estavam distribuídos em 58 contratos com diferentes objetos. Segundo informado pela Estatal, em 31.12.2010, havia 548 terceirizados, distribuídos em 35 empresas, redução de 15,68%.

Portanto a Eletrobras Eletronorte, em função do TAC 005/2010, já tem trabalhado no sentido de atender ao referido Acórdão do TCU.

4.15 Conteúdo Específico

Foi realizada análise na Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins do Relatório de Gestão 2010 da Eletrobrás Eletronorte, que conforme Item 12 da Parte C, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/12/2010, foram apresentadas informações sobre a política de remuneração vigente no exercício de forma textual, assim como em outros três demonstrativos. O primeiro demonstrativo tratou da remuneração individual total recebida pelos membros dos conselhos de administração e fiscal, enquanto o segundo tratou dos valores consolidados de cada rubrica de remuneração paga aos administradores da UJ. O terceiro, por sua vez, tratou dos valores consolidados a título de bônus e de participação no resultado da companhia.

Tendo em vista que a Eletrobras Eletronorte, como subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, é parte integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, nos termos do Decreto n.º 6.555, de 08/09/2008, alterado pelo Decreto n.º 7.379, de 01/12/2010, a Estatal adota a Política de Comunicação Integrada do Sistema Eletrobras.

Consoante, a Estatal adota a Política de Patrocínios do Sistema Eletrobras cujo objetivo é “Garantir a efetiva comunicação institucional do Sistema Eletrobras, como forma de manter o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade e seus públicos de interesse, reafirmando assim seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.”

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Informamos que os servidores listados abaixo, cujas assinaturas não foram apostas neste relatório, não estavam presentes quando da geração final deste documento por motivo previsto legalmente, apesar de terem efetivamente atuado como membros da equipe de auditoria.

Brasília/DF, 23 de setembro de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 201108775
UNIDADE AUDITADA : 910809 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO N° : 00000.000001/2011-00
MUNICÍPIO - UF : Brasília - DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

6.4.1.2 541 contratos, no valor total de R\$ 1.578.011.378,72 não registrados no Sistema SIASG.

6.1.2.3 Pagamento indevido por utilização inadequada de alíquota da COFINS

6.1.2.4 Utilização inadequada de base de cálculo do ISS, implicando pagamentos indevidos.

6.1.2.5 Em face de alíquota de tributos inadequada na composição do BDI, houve pagamentos indevidos de R\$ 50.785,68.

2.1.1.5 Cessão de empregados, com ônus para a cessionária, sem os respectivos ressarcimentos à Eletrobras Eletronorte.

2.1.1.6 Cessão de empregados a entidades com dívidas para com a Eletrobras Eletronorte relacionadas à cessão de empregados.

2.1.1.7

Realização de horas-extras acima do limite de duas horas suplementares diárias, em descumprimento ao art. 59 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

2.1.1.12

Dispensas de licitação enquadradas indevidamente como emergenciais.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108775, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **REGULAR COM RESSALVAS**:

Cargo	Constatação
Diretor de Gestão Corporativa no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	6.4.1.2 6.1.2.3 6.1.2.4 6.1.2.5 2.1.1.5 2.1.1.6 2.1.1.12

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

6. Ademais, esclareço ainda que no caso da(s) constatação(ões) referida(s) no(s) item(s) 2.1.1.7 do Relatório de Auditoria, constante no item 3 deste Certificado, não foi identificado nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010.

Brasília/DF, 28 de setembro de 2011

JOSÉ ANTÔNIO MEYER PIRES JUNIOR

COORDENADOR GERAL DE AUDITORIA DA ÁREA DE MINAS E ENERGIA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 201108775
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 00000.000001/2011-00
UNIDADE AUDITADA : 910809 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
CIDADE : Brasília - DF

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. A Gestão Operacional da Unidade está direcionada para a prestação de serviços nas áreas geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sob regime de concessão.

2.1 Merece destaque a negociação com as distribuidoras regionais na resolução de problemas como inadimplências ou o equacionamento de questões advindas da passagem de ativos de energia abaixo de 230 kV, ou de contratos de compra de energia.

2.2 Outro ponto importante foi a continuidade do processo de expansão, participando de maneira significativa em Sociedades de Propósito Específico – SPE, como a Norte Energia S.A. (19,98%), responsável pela construção e futura operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ou a Energética Águas da Pedra S.A. (24,5%), responsável por Dardanelos, ressaltando ainda os empreendimentos de transmissão, como a interligação das usinas do Madeira, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia ao estado de São Paulo.

2.3 Foi destaque no ano o arremate, pela ELETROBRAS ELETRONORTE e parceiros, no 2º Leilão de Energia de Reserva da Agência Nacional de Energia Elétrica, das concessões de usinas eólicas, sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (24,5% de participação em cada), Brasventos Missaba 3 Geradora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., com potência instalada total de 147,2 MW – no Nordeste.

2.4 Acerca dos empreendimentos relacionados à área de transmissão, a Empresa participa de 11 projetos. Dentre estes empreendimentos, sob a forma de SPE, destacam-se a venda da participação acionária na SPE Porto Velho Transmissora de Energia S.A. e a aquisição da integralidade da Estação Transmissora de Energia S.A..

3 No desenvolvimento da sua função institucional de geração e transmissão de energia elétrica pode-se citar as seguintes situações que potencializaram os riscos de se gerar impacto na consecução dos seus objetivos:

3.1 Foram identificadas inconsistências no enquadramento da modalidade de dispensa por emergência nas licitações, assim como inconsistências nas composições de BDI das contratações de obras e serviços de engenharia da ELETROBRAS ELETRONORTE, notadamente no que se refere às alíquotas dos tributos federais e municipais.

3.2 Ademais, verificou-se que, além da existência de um elevado número de funcionários cedidos com ônus para a cessionária (cerca de 10% do quadro funcional), a ELETROBRAS ELETRONORTE, na qualidade de cedente, não tem sido devidamente ressarcida pelas remunerações de grande parte dos empregados requisitados. Agrava-se a este fato, a manutenção da política de cessões, inclusive para entidades com dívidas pré-existentes para com a Estatal.

3.3 Outras situações, que fragilizam a gestão da Empresa, referem-se a ausência de registros no SIASG de 541 contratos que superam 1,5 bilhão de reais, e a realização de horas extraordinárias acima do limite previsto no art. 59 da Consolidação das Leis de Trabalho.

4. Diante das situações elencadas no item anterior, trabalhou-se com as recomendações a seguir focando-se as causas estruturantes das fragilidades e visando ao aperfeiçoamento da gestão:

4.1 Acerca das inconsistências encontradas, foi recomendado que quando da elaboração do orçamento estimativo de obras e serviços de engenharia sejam consultadas as legislações tributárias pertinentes, e que a ELETROBRAS ELETRONORTE proceda ao correto enquadramento da dispensa por emergência observando o disposto no Inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, evidenciando, desta forma, a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

4.2 Quanto ao aspecto apresentado sobre a cessão de empregados, foi recomendado que seja previamente avaliada a necessidade da ELETROBRAS ELETRONORTE para a função requerida, assim como a situação do cessionário em relação a dívidas para com a Estatal. E ainda, que essa Empresa atribua plena efetividade ao exarado no Acórdão nº 67/2010 - TCU - 2ª Câmara promovendo o cancelamento da cessão dos empregados, com retorno imediato destes, no caso da cessionária não efetuar o devido ressarcimento mensal por um período superior a noventa dias.

4.3 Em relação às outras situações apontadas, foi recomendado que não apenas sejam atualizados, como também elaboradas medidas que garantam a constante atualização do SIASG, de modo que este reflita a situação real dos contratos vigentes. E que essa Empresa atente para o disposto no art. 59 da Consolidação das Leis de Trabalho de forma a limitar a realização de horas extras.

5. Não foram identificadas, no Plano de Providência Permanente, recomendações não atendidas ou não acatadas pela Unidade Jurisdicionada, de maneira que o acompanhamento das providências tomadas pelas Unidades Organizacionais da Empresa é realizado adequadamente pela Auditoria Interna da Unidade.

6. Diante da implementação dos controles internos administrativos, quanto à qualidade e suficiência, pode-se concluir que o sistema de controle interno da ELETROBRAS ELETRONORTE contribui para a mitigação dos riscos corporativos, devendo tomar medidas incisivas em relação às fragilidades elencadas nos subitens correspondentes ao parágrafo terceiro. Houve a implementação, em setembro de 2010, do código de ética único do Sistema Eletrobras. A Empresa possui Plano Estratégico Institucional implementado, relativo ao ciclo 2010-2020, revisado em 2011 e, decorrência do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras – PTSE e considerando o disposto no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, celebrado em 30.12.2009, e seus Termos Aditivos, firmou o Pacto de Resultados que simboliza o compromisso das diferentes áreas empresariais com a melhoria do desempenho da gestão e com a busca de melhores resultados que possibilitem a sustentabilidade e competitividade da organização. No quesito "comunicação", ressalta-se a fluência das informações tendo em vista o uso de diversos meios tais quais Intranet, Internet, correio eletrônico institucional, comunicações internas, painéis, cartazes, adesivos, totens, e ainda, um jornal interno periódico – Novotempo e uma revista periódica denominada Corrente Contínua. No que se refere à Gestão de Riscos, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos com o objetivo de apoiar a Diretoria Executiva nas deliberações relativas à gestão de riscos corporativos e também foi criada a Assessoria de Gestão Integrada de Riscos – PGR, ligada à Presidência, cujo objetivo é coordenar e consolidar a gestão de riscos. Há manuais de procedimentos e mecanismos de comunicação capazes de divulgar as principais políticas, diretrizes e normativos, e por fim, é realizado o monitoramento dos controles implementados por intermédio de testes rotineiramente efetivados pela Auditoria Interna.

7. Destacamos, a seguir, a continuidade de quatro aspectos fundamentais para o aprimoramento da gestão da Empresa.

7.1 O Pacto de Resultados que simboliza o compromisso das diferentes áreas empresariais com a melhoria do desempenho da gestão e com a busca de melhores resultados que possibilitem a sustentabilidade e competitividade da organização, e que está alinhado não apenas ao Plano de Transformação do Sistema Eletrobras – PTSE como também ao Plano Estratégico Institucional da ELETROBRAS ELETRONORTE e ao Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE e seus Termos Aditivos.

7.2 A implantação do sistema ERP - *Enterprise Resources Planning* que permitiu a concentração da maior parte dos processos de negócios da Empresa em um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta informatizada SAP/R3, aprimorando o gerenciamento dos processos internos.

7.3 No âmbito do Projeto SOX, foi dado prosseguimento ao levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, objetivando a negociação, por parte da Holding ELETROBRAS, das ações *American Depositary Receipts* - ADR, Nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

7.4 O Planejamento Estratégico de TI por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI cuja abrangência se dá para todas as unidades da Empresa, tendo sido aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Eletronorte – CETIE, e está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional da ELETROBRAS ELETRONORTE.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, **acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria**. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 27 de setembro de 2011.

WAGNER ROSA DA SILVA
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura